



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM

SCS - QD 07- EDIFÍCIO TORRE DO PÁTIO BRASIL - BLOCO A nº 100 SALAS 806 e 808 – ASASUL
BRASÍLIA – DF – CEP 70307-901 – Telefones 61-3327-3128 e 61- 99656-7365

PORTARIA Nº 8, DE 17 DE JUNHO DE 2024

O Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, no uso de suas prerrogativas e em conformidade com inciso II do artigo 12, do Decreto nº 88.439, de 28 de junho de 1983, devidamente publicado no Diário Oficial da União, em 29 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Biomédico, de acordo a Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, e de conformidade com a alteração estabelecida pela Lei nº 7.017 de 30 de agosto de 1982, e amparado nos termos da decisão contida no processo eletrônico nº 1015518-08.2024.4.01.0000, resolve:

Designar para o cargo de tesoureiro do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, o conselheiro federal doutor Djair de Lima Ferreira Junior, brasileiro, casado, biomédico, inscrito no Conselho Regional de Biomedicina - 2ª Região, nº 0753, cadastro de pessoas físicas sob o nº 805.xxx.xxx-72, portador da registro geral nº 4360346-SSP/PE, residente e domiciliado na Avenida Portugal nº 873, bloco "B" apto 202 - bairro Universitário, na cidade de Caruaru/PE, e para o cargo de secretário do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, o conselheiro federal doutor Maurício Gomes Meirelles, brasileiro, casado, biomédico, inscrito no Conselho Regional de Biomedicina - 1ª Região, nº 5052, cadastro de pessoas físicas nº 071.xxx.xxx-73, portador da registro geral nº 18294-6-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Belmácio Pousa Godinho nº 98 - bairro City Ribeirão - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14021-270.

O ato tem como finalidade precípua do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, honrar suas obrigações ordinárias, haja vista a inexistência de autoridade competente para representá-lo junto à Instituição do Banco do Brasil, as vacâncias estão comprometendo a prestação jurisdicional aos biomédicos, bem como o pagamento de contas, salários e obrigações fiscais e previdenciárias, de consequência, resguardando os interesses indispensáveis à realização dos objetivos institucionais.
SILVIO JOSÉ CECHI Presidente do CFBM